



A GESTÃO ESCOLAR INSTITUÍDA POR UM MARCO LEGAL E OS PRINCÍPIOS / INDICADORES CONSTITUTIVOS DO(S) MODELO(S) DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

II

Jusceleide Moreira de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: jusci_jesus@hotmail.com

Daniele Farias Freire Raic
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: danielefreire.uesb@gmail.com

Ivete Borges Gomes Carvalho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: iveteborgesgomes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A gestão escolar pode ser considerada como um sistema de organização da escola que envolve todos os autores e atores sociais que se relacionam com as práticas escolares, tendo como centralidade o desenvolvimento sócio educacional da instituição, buscando atingir resultados, a motivação da sua equipe e liderança, e alcançar os objetivos com foco no currículo.

A educação com qualidade social só tem sentido se estiver voltada para a humanização das novas gerações, a qual se dá pela reelaboração, por parte dos envolvidos no processo educativo, daquilo que de mais elevado uma sociedade conseguiu construir, ou seja, sua cultura, que não diz respeito apenas aos conhecimentos científicos, apresentados sob a forma de disciplinas escolares ou áreas de conhecimentos, mas a todos os aspectos da vida humana e, portanto, social, destacando as formas de relacionar-se com o outro.

Emerge a necessidade de estudar os desafios cotidianos da gestão educacional escolar pública, como também o modelo de gestão implantado no espaço educativo, a partir dos documentos normatizadores, princípios e critérios que norteiam a gestão que serve à escola pública, a fim de compreender como se processa a administração escolar, bem como os modelos de gestão escolar instaurados pelo seu marco legal, em especial no



período pós – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 93 94/96 (LDB/1996) e suas implicações para o cenário educacional, tendo como paradigmas a Gestão Democrática.

A pesquisa demonstra a existência dos modelos de gestão escolar brasileira com um estudo mais detalhado sobre a Gestão Democrática, especialmente as contradições que a compõe, como também a relevância maior que o cenário educacional brasileiro apresenta para este modelo de gestão escolar, a fim de identificar com maior precisão o objeto da pesquisa, que está centrado na necessidade de conhecer o marco regulamentário da gestão escolar, bem como os princípios / indicadores constitutivos do(s) modelo(s) de gestão da escola pública municipal do Ensino Fundamental II.

Diante dessas discussões, o principal objetivo dessa pesquisa é identificar as bases legais que orientam a gestão escolar e os princípios e critérios norteadores da gestão das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental II de Itapetinga – BA e de maneira específica, objetiva-se analisar a proposta de organização da gestão das escolas de Ensino Fundamental II da Rede Pública do município de Itapetinga – BA; identificar princípios / indicadores constitutivos dos modelos de gestão e identificar os desafios cotidianos existentes na gestão das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental II de Itapetinga – BA para a implantação de uma Gestão Democrática. Além de buscar a compreensão dos desafios cotidianos enfrentados pela gestão escolar para a implantação de uma gestão que resulta na efetivação de práticas que favorecem o desenvolvimento da cidadania e o exercício da democracia nas escolas públicas, o que levou a muitos questionamentos, dentre eles: Qual é o marco legal que institui a gestão escolar na contemporaneidade, como também quais são os princípios / indicadores constitutivos do(s) modelo(s) de gestão da escola pública municipal do ensino fundamental II de Itapetinga – BA?

Para compreender melhor o modelo de gestão escolar das escolas públicas de Ensino Fundamental II de Itapetinga – BA tem sido realizada uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, dentro da perspectiva de que, esta, irá atender aos objetivos propostos e obter resposta para a questão base levantada na pesquisa, ressaltando que a pesquisa qualitativa tem sua origem na busca de um método adequado para a análise e estudo dos fenômenos sociais, que, em função de sua natureza não serem passíveis de quantificação.

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



METODOLOGIA

O estudo oportuniza uma maior aproximação com o tema através da pesquisa qualitativa, buscando compreender efetivamente o processo de gestão da escola pública municipal de Ensino Fundamental II de Itapetinga - BA. A opção pela abordagem qualitativa refere-se a facilidade que ela apresenta na descrição do conhecimento produzido na área de gestão educacional, pois na concepção de Bogdan e Biklen (1994), “a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos encontrados no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”,

Para esse estudo, primeiramente está sendo realizada uma revisão da literatura especializada sobre a temática (teses, dissertações, livros e artigos científicos). Em seguida, iniciou o processo de leitura dos materiais selecionados e a organização dos capítulos e o que está exposto em cada um deles. Está realizando análises das informações obtidas nas diversas fontes com intuito de atingir o objetivo principal deste trabalho, que é caracterizar os modelos de gestão escolar, evidenciando o processo de gestão da escola pública municipal de Ensino Fundamental II de Itapetinga – BA na atual configuração da gestão educacional direcionada por documentos legais.

A pesquisa está se desenvolvendo junto à equipe gestora de três escolas públicas municipais do Ensino Fundamental II de Itapetinga – BA na tentativa de buscar uma compreensão pormenorizada acerca da Gestão Democrática e do processo de construção do espaço escolar público. Desta forma, a pesquisa qualitativa é orientada para reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes.

A AS BASES LEGAIS DA GESTÃO ESCOLAR E OS E OS PRINCÍPIOS / INDICADORES CONSTITUTIVOS DO(S) MODELO(S) DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Para se entender as atuais configurações do modelo de gestão educacional é necessário recorrer à história e às mudanças político-econômicas que ocorreram nos países capitalistas em meados da década de 1970.



Sendo assim, a gestão da educação, por influência do modelo administrativo empregado na fábrica, adquiria um caráter científico e tecnicista, com base na divisão do trabalho. Destarte, a aplicação direta dos princípios da administração geral no campo da educação (Taylorismo/fordismo) no início do século passado, relacionava-se as necessidades do contexto da época, uma vez que o sistema de ensino se expandia e havia a necessidade de orientar-se em princípios científicos. O processo de aplicação dos princípios da administração geral na educação tinha como propósito responder às demandas do mundo do trabalho no contexto do processo de industrialização que o país vivia e exigia a formação de profissionais preparados para atuar no mercado de trabalho, em oposição à uma perspectiva para uma inclusão no mundo do trabalho “pautado na premissa do êxito da tríade entre educação escolar, desenvolvimento econômico e expansão do capital” (SILVA; SOUZA, 2009, p.781).

Segundo Barroso (1995, p.10), “a necessidade de envolver na gestão, todos os que trabalham na escola exige normas e práticas que promovam uma gestão participativa e uma cultura democrática” quer pela valorização de formas de participação representativa, quer, principalmente, pelo exercício indiferenciado e coletivo de funções de gestão, através de mecanismos de participação direta.

Partindo desse princípio, de que a escola pública precisa da participação da comunidade que utiliza conscientemente deste serviço, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas. Trata-se de romper com os muros da escola. E os professores devem reconhecer a importância de romper com as posições pedagógicas cartesianas para fazerem dialeticamente a relação necessária entre as disciplinas que compõem o currículo escolar e a realidade concreta da vivência do aluno, a partir da visão interdisciplinar do conhecimento, daí a importância do ato reflexivo no dinamismo da prática pedagógica através da reflexão conjunta do projeto educativo, em oposição à racionalidade técnica.

Neste sentido, pode-se pensar no modelo de Gestão Democrática Educacional como possibilidade de promover uma sinergia pedagógica, conduzida pela equipe de gestão da escola, sob a liderança de seu diretor, voltada para a dinamização e coordenação do processo co-participativo, para atender às demandas educacionais da sociedade dinâmica e centrada na tecnologia e conhecimentos.



CONCLUSÃO

O estudo possibilitou a compreensão de que a eficiência e a eficácia educativa ainda tem um caminho longo a ser percorrido, sendo, por isso necessário fazer uma revisão nos modelos de gestão escolar impeditivos da implantação de uma gestão escolar que proponha uma educação com qualidade social em uma escola construída a partir da ação coletiva com a finalidade de formar cidadãos éticos e responsáveis, desenvolvendo e vivenciando a democracia no dia a dia da escola ao consolidar a participação entre todos os agentes formadores da comunidade, contribuindo com o desenvolvimento do processo de inclusão social do país.

Dessa forma, a Gestão Participativa possibilita a conquista da própria autonomia do espaço escolar, através da descentralização, do crescimento profissional e da valorização da escola, da comunidade e conseqüentemente do gestor e da equipe, ou seja, de todos os envolvidos no processo educativo, de modo a promover uma educação inovadora e, efetivamente de qualidade social, no sentido de proporcionar maiores opções de elevar o conhecimento de seus alunos, com objetivos pautados em valores humanos que engrandecem ações e ideais humanizadores que compreendam as diferenças e priorize sempre o bem comum.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Documentos Legais; Escola Pública.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília, 1996.

SOUZA, S.A. de; SILVA, M.V. Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.30, n.108, p.779-798, out. 2009. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 10 mai. 2019.